

AULAS, MEMÓRIAS FOTOGRÁFICAS E FRAGMENTOS: EDUCAÇÃO FÍSICA NO GINÁSIO MONSENHOR MESSIAS EM ITABIRITO/MG, DE 1940 - 1948

Gláucia Gonzaga Galvão¹
Luzia Batista de Oliveira Silva²

RESUMO

A década de 1941, no Brasil, foi marcada por diversas mudanças nas leis relacionadas aos ensinamentos primário e secundário. O Ginásio Monsenhor Messias, Itabirito - MG, de turmas mistas, não tinha de um espaço apropriado para as atividades físicas. Como em todo o contexto nacional, também precisava adequar-se às novas leis. Com a finalidade de conhecer mais sobre as aulas de educação física, analisamos registros textuais e memória fotográfica e fragmentos presentes nos relatórios destinados ao Ministério da Educação e Cultura, tecidos pelo Inspetor Federal. Dialogamos com Souza (2001) sobre a leitura de imagens; com Schwartzman (2001) sobre as modificações da legislação do ensino secundário; com Oliveira e Chaves Júnior (2009) sobre o ensino secundário e as práticas esportivas e com Soares (2011) sobre a educação do corpo através do vestuário.

Palavras-chave: Imagem. Ginásio Monsenhor Messias. Educação Física.

PHOTOGRAPHIC MEMORIES AND FRAGMENTS: PHYSICAL EDUCATION CLASSES AT *MONSENHOR MESSIAS* SECONDARY SCHOOL IN ITABIRITO/MG, 1940-1948

ABSTRACT

The 1940s in Brazil were marked by a number of changes in the legislation relating to primary and secondary education. The co-ed *Monsenhor Messias* Secondary School in the city of Itabirito, state of Minas Gerais, did not have an appropriate space for physical activities. As in the whole national context, it also needed to conform to the new laws. In order to find out more about physical education classes, we analyzed textual records and photographic memory and fragments included in the reports sent to the Ministry of Education and Culture, written by the Federal Inspector. We talk to Souza (2001) about the reading of images; Schwartzman (2001), about changes in secondary education legislation; Oliveira and Chaves Júnior (2009), about secondary education and sports activities; and Soares (2011), about body education through clothing.

Keywords: Image, Monsenhor Messias Secondary School, Physical Education.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco/SP.
glauciaggg@yahoo.com.br

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco/SP.
lubaos@gmail.com

Introdução

A década de 1940, no Brasil foi marcada por diversas mudanças na política educacional brasileira, com destaque para a reforma do ensino secundário. Naquele momento, face à divulgação da eugenia, há acentuada preocupação em implantar e sedimentar a Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário público e privado. Nesse momento foi criado na cidade de Itabirito, Minas Gerais, o Ginásio e Internato Monsenhor Messias. A instituição oferecia, em turmas mistas, ensino secundário, logo se transformando em conceituada instituição de ensino particular na região.

Adequando-se à nova legislação de ensino secundário, a instituição oferecia aulas de Educação Física como parte de seu currículo discente. O referido Ginásio tornou-se rapidamente uma conceituada instituição de ensino na região, mesmo não dispondo de um espaço apropriado para o desenvolvimento das atividades físicas regulares, contribuiu muito para a formação de muitos profissionais. E, como em todo o contexto nacional, o ginásio também precisava adequar-se às novas leis e decretos.

O Ginásio recém criado recebia regularmente visita de inspetores escolares que avaliavam o desempenho institucional assegurando o cumprimento da legislação de ensino. Um desses inspetores federais foi José Navarro e através dos relatórios de suas visitas, no acervo institucional, tomados como fontes privilegiadas, investigo as aulas de Educação Física ministradas na instituição a seus alunos e alunas. Os relatórios foram tecidos pelo Inspetor Federal José Navarro em visita ao referido Ginásio; os arquivos são públicos e encontram-se em bom estado de conservação, podendo-se consultá-los. Investigamos como e onde deveriam ser as aulas de Educação Física, bem como o que era descrito sobre o ginásio nos fragmentos do relatório do inspetor federal e quais as roupas que eram usadas nas práticas corporais e esportivas, respectivamente.

Castellani Filho (1983) ao estruturar sua pesquisa sobre a disciplina Educação Física nos estabelecimentos de ensino brasileiros, pautou-se na “Reforma do Ensino primário e várias instituições complementares da Instrução pública”!

deixando visível que, desde 1882 (Projeto nº 224), havia, para as escolas de todos os níveis, a extensão da Cadeira de Educação Física como atividade curricular a ambos os sexos. Lembra o autor, entretanto, que a obrigatoriedade do ensino da disciplina somente vem a ocorrer no Decreto-Lei nº 2.072 de 08 de março de 1940.

Em 18 de abril de 1931³, ficou estabelecida a obrigatoriedade da Educação Física no ensino secundário. Mas, somente em 14 de abril de 1941, através do Decreto Lei 3.199, estabeleceram-se as bases da organização dos desportos em todo o país.

Em busca de fortalecimento e de mecanismos centralizadores na esfera político administrativa sob um ideário nacionalista e patriótico no interior das escolas, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, propôs a atuação de uma “prática educativa” que ultrapassasse o significado restrito do termo “exercícios de Educação Física” (Corrêa, 2009) estendendo a Educação física aos estabelecimentos de ensino Secundário, através do Decreto Lei 4.244 de abril de 1942. Todas estas normatizações demonstravam diversas preocupações dos governantes em relação ao povo brasileiro, dentre elas, destacavam-se a interesses em promover os hábitos e as práticas higiênicas, a perfeição moral e intelectual bem como a perfeição física do corpo da população brasileira (Castellani Filho, 1983).

Imagem e Representação

Souza (2001) e de Kossoy (1998), chamam a atenção para as dimensões da fotografia como memória e representação, frutos da elaboração estética e da técnica. A leitura de imagens passa, então, pela desmontagem do processo da representação, o que significa considerar também os usos ou aplicações da imagem e das “leituras” que dela fazem os receptores. Tomamos, deste modo, as imagens fotográficas das aulas de Educação Física do Ginásio, na desmontagem da representação para uma interpretação possível das atividades mencionadas pelo inspetor federal Navarro em seu relatório ao Ministério da Educação e Cultura e à Divisão de Educação Física em visita ao referido ginásio.

³ Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931, conhecido como Reforma Campos, Ministro Francisco Luiz da Silva Campos, do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública durante o governo Federal, tendo como Presidente, o Sr. Getúlio Dornelles Vargas.

O período histórico abordado compreende os anos de 1940 até 1948, ou mais precisamente, o período em que o Ginásio Monsenhor Messias foi criado e se estabeleceu na cidade de Itabirito - MG.

Instantes de uma realidade podem ser registrados através do uso de imagens fotográficas. Tais imagens podem fazer referência a um momento único como podem exprimir uma história oculta ou interna (Kossoy, 1998; Barthes, 1984). São diversas as possibilidades de leitura das imagens e que têm como consequências a construção de representações.

Os autores com os quais dialogamos comungam a ideia de que a fotografia não corresponde necessariamente à verdade histórica, mas sim ao seu registro expresso, permitindo várias interpretações e leituras. Alguns afirmam que a fotografia não mente em relação à existência do assunto, entretanto, advertem-nos sobre as leituras, porque cada imagem está cheia de intenções, ou seja, a fotografia pode desviar o sentido de uma coisa fotografada.

Souza (2001) lembra que houve uma ampla difusão dos recursos imagéticos nas escolas a partir do início do século XX e, para a autora, essas imagens podem ter sido produzidas com a finalidade de registrar eventos e situações importantes para a preservação da memória.

Esta memória, espacializada nos contornos da escola como lugar, refere-se aos comportamentos dos professores, à disciplina, ao convívio com os colegas. Essas relações sociais inscritas na cultura escolar soblevam a fotografia como representação. Significa dizer que as imagens expressam um padrão identitário da escola enquanto instituição educativa cujo imaginário é reforçado por comportamentos, símbolos, práticas e ritos, tais como, o uniforme, a aula, a arquitetura escolar, a sala de aula. (Souza, 2001, p.81).

As fotografias dos alunos e dos espaços destinados às atividades práticas de educação física ganham notoriedade nos relatórios elaborados pelo colégio, o que permite supor que além de corresponder a uma determinação do Ministério da Educação e Saúde, o alunado também parece corresponder ao esperado pelo Ginásio Monsenhor Messias. Neste contexto, Questionei-me se, além das prescrições da legislação, a atividade era prazerosa para alunos e professores e se realmente havia necessidade na separação por gênero nessas atividades escolares.

que para além do instituído pela lei, como os alunos e os professores expressam seu contentamento e ou aprovação das aulas práticas numa educação que reforça a necessidade de separação de gênero masculino e feminino?

Aulas de educação física e o espaço institucional: das vestimentas às atividades físicas

Durante a pesquisa, verificamos que os registros fotográficos foram feitos com o intuito de complementar o relatório elaborado pelo inspetor federal. O enviado do Ministério da Educação e Cultura, como atribuição deveria comprovar a regularidade das aulas de Educação Física e o cumprimento institucional de sua obediência em relação à legislação vigente no que tange à disciplina Educação Física.

Comprando as fotografias e Os registros do inspetor, pude verificar que as atividades físicas provavelmente eram realizadas ao ar livre, em terreno livre ao lado da escola, já que a área restrita ao colégio aparenta um espaço bem menor. O espaço onde foram feitas as fotografias abaixo, com meninas de um lado e meninos do outro, parecem-~~nos~~ amplo, oferecendo oportunidades para atividades como marchas, corridas, jogos e atividades com uso de bolas.



Figura 1: Aula de Educação Física do Ginásio Monsenhor Messias - 1945.

Fonte: Coleção Digital de Itabirito - UFMG.

Entretanto, a área escolhida parece, na foto, bastante precária com piso pouco apropriado que oferecia possíveis riscos aos professores e alunos, demonstra que talvez a fim de registro da escola para arquivo e comprovação de espaço para o Ministério da Educação e Cultura, não se configura como sendo um espaço do colégio, conforme outras fotografias e relatórios que descrevem os espaços do Ginásio. As fotos levam a crer que o espaço onde foram feitos tais registros não era o do Ginásio e integraram apenas uma comprovação das atividades requeridas pelo Decreto Lei 3.199 de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.

Outro aspecto importante observado foi a separação por gêneros na exploração do recurso do espaço durante as aulas de educação física. Os registros fotográficos nos levam a crer que não havia separação de gêneros, talvez houvesse um esforço para criar um distanciamento físico entre rapazes e moças durante as atividades físicas, até mesmo por elas serem diferenciadas nos tipos e na forma de exploração do recurso espacial. Já que a Lei Orgânica do Ensino Secundário traz

recomendações específicas para o tratamento diferenciado das atividades quanto os sexos, em especial para o ensino secundário feminino. Alguns preceitos em relação ao programa não podem deixar de ser idênticos. “Em outros far-se-á a distinção não na matéria, mas nas instruções pedagógicas” (Schwartzman, 2000, p. 109). Nos estabelecimentos de ensino secundário, como o Ginásio Monsenhor Messias, que atendia a rapazes e moças, as aulas de Educação Física as aulas deveriam ser ministradas separadamente, o que só deixará de vigorar com o Decreto Lei 4.244 de 9 de abril de 1942. A intenção da separação de gêneros é percebida nas fotos, também, pela indumentária do corpo discente que revela a exigência do controle do corpo. Salvetti (2014) lembra que os atos de vestir-se têm várias expressões, tais como condições de higiene, costumes, sexo, dentre outros.

A intenção de manter a segregação de gêneros é percebida não só na forma de exploração espacial da área oferecida, mas é perceptível tanto no tipo de exercício como nos trajes diferenciados. Há indícios de que eram oferecidas às mulheres, atividades ginásticas que exigiam harmonia, leveza, servindo desta forma de suporte para o controle do comportamento feminino.

A partir de análise da fonte imagética, percebemos que os trajes femininos eram macios e flexíveis, e consistiam em uma saia calça, presa acima dos joelhos, blusa branca, de tecido fresco, laço para prender o cabelo e tênis. Um estilo de moda jovial, de aparência elegante, que permite uma maior liberdade dos movimentos e, sobretudo, que cumpra com os preceitos de higiene e moralidade exigidos pelos decretos escolares quanto à prática da disciplina na escola.

Já, as roupas masculinas consistiam de shorts curtos, camisa de malha, meias altas e tênis que, segundo Salvetti (2014), significa que os corpos mais descobertos, nos anos 1940, mostravam novas formas e consolidavam a valorização da aparência de um corpo sadio, um reforço à estereotipação dos comportamentos feminino e masculino.

A segunda foto abaixo representa uma área que está em obra, prevista para as aulas de Educação Física. Parece reforçar a ideia da preocupação do proprietário do ginásio em estabelecer uma área apropriada para as atividades físicas e se adequar à LOES.



Figura 2: Área reservada às aulas de Educação Física - 1945.

Fonte: Coleção Digital de Itabirito - UFMG.

No referido contexto histórico e temporal delineiam a existência de papéis sociais bastante definidos entre o homem e a mulher, reforçando com isso o caráter rigoroso e disciplinador dos corpos e mentes dos seres humanos. No entanto, para o gênero masculino, as atividades eram direcionadas para preparação de um cidadão sadio, forte e patriótico; para o gênero feminino, havia a preocupação com a dominação do corpo jovem.

As barras para as práticas de educação física que constam nos registros fotográficos, denotam um grande improviso ou talvez alguma intencionalidade em relação ao relatório a ser encaminhado ao Ministério da Educação e Saúde, dado que é visível perceber que a área ainda não está pronta para uso de forma adequada e segura por parte do corpo discente. ,

A presença das barras pressupõe como prática da Educação Física seguiriam as tendências daquele momento histórico, ou seja, a intenção de oferecer

exercícios calistênicos⁴ que, de acordo com Souza (2001), enfatizam a finalidade moralizadora e higiênica, desenvolvendo no aluno a coragem e o patriotismo.

Com base na análise imagética do material desportivo, há indícios de que o material estava em estado precário de conservação. Esta precariedade, possivelmente, limitavam as aulas de Educação Física às atividades esportivas como vôlei e futebol, comprometendo com isso a qualidade do ensino de educação física. O local de recolhimento do material esportivo pode ser visto na figura três abaixo.



⁴ A calistenia se define como um conjunto de exercícios que concentram seu interesse nos movimentos de grupos musculares, mais que na potência e no esforço, com o objetivo último de desenvolver a agilidade, a força física e a flexibilidade. Objetiva alcançar a maior contração muscular para que o corpo adquira um alinhamento correto, já que assim, modela-se o corpo, melhorando a postura. A calistenia começou a desenvolver-se na França no século XIX. Em 1822, Phokion Heinrich Clias começa a difundir os exercícios também na Inglaterra. A popularidade da calistenia como componente da educação de mulheres se incrementou com a obra dos alemães Friedrich Jahn e Adolf Spiess. Nos Estados Unidos a difusora da disciplina foi Catharine Beecher que publicou, em 1857, *Physiology and Calisthenics for Schools and Families* (Fisiologia e calistenia para as escolas e para as famílias).



Figura 3: Material para as aulas de Educação Física - 1945.
Fonte: Coleção Digital de Itabirito - UFMG

Não se trata de ter apenas espaço livre disponível, mas, sobretudo de ter o espaço adequado, com seus equipamentos e demarcações. A precariedade dos espaços e dos equipamentos bem como a falta de espaços separados para as práticas de educação física feminina e masculina possivelmente fazia com que os professores tivessem que improvisar as aulas.

Os relatórios de inspeção

A possibilidade de confrontar imagens com outras fontes de pesquisa ajudou-nos a elucidar melhor a trama e evitar possíveis falhas. Com os fragmentos do relatório do inspetor federal, José Navarro, pudemos confrontar com as imagens e entender melhor o contexto bem como as possíveis intencionalidades ocultas.

No item nº 11, alínea “b” do relatório destinado ao Ministério da Educação e Saúde, o inspetor Navarro declara a existência de uma área livre à direita do prédio destinada para a construção de campos de esporte. Esta área não corresponde à da fotografia apresentada na figura 2 que tem as imagens da área em construção e barras de treinamento. Acreditamos que possa corresponder ao pátio lateral do Ginásio Monsenhor Messias.

Em outro fragmento de relatório (figura 5), o inspetor esclarece que a área “A que me [lhe] foi apresentada não representava fielmente as áreas do terreno porque foi elaborado...” deixando indícios de dúvidas no que tange ao compromisso do proprietário com relação ao ginásio. Foi feita uma solicitação, por parte do inspetor, de uma indicação precisa do terreno destinado às aulas de educação física, o que não foi feito até o momento da elaboração e envio do relatório ao Ministério de Educação e Saúde.

Posteriormente, foi enviado pelo Ginásio à Divisão de Educação Física do Ministério de Educação e Saúde, uma relação de itens que não contemplavam a portaria 156 de 10 de março de 1944. Nesse sentido, oportuno lembrar as considerações de Oliveira e Chaves Júnior (2009) de que o espaço escolar é um dos

elementos conformadores do currículo, atuam na formação de identidades nas personalidades dos alunos.

Considerações finais

O Ginásio Monsenhor Messias foi criado em um período de muitas mudanças na legislação educacional brasileira, o que exigia, por parte do proprietário, manter-se informado em relação à obrigatoriedade de cumprir as novas regulamentações. Consta-se mediante o Confronto dos arquivos textuais e imagéticos que o Ginásio parece não atender à legislação específica para as aulas de Educação Física, ainda que demonstre, pelo material, ter atividades diferenciadas para cada um dos sexos. Não foram encontrados registros fotográficos de alunos do sexo masculino nessas aulas. Os arquivos e imagens fotográficas que o ginásio não tinha uma área específica para as aulas de Educação Física. Ao usar o terreno ao lado, alunos e alunas ficavam expostos ao ambiente da cidade. Também não era feita a separação de gêneros como determinada pelo Ministério da Educação e Saúde. Ao contrário, as atividades mistas rompem ao revés a ideia de preservação da moralizadora proposta do Ministério de Educação e Cultura.

Havia uma grande precariedade em relação à disponibilidade de materiais desportivos, limitando as aulas a atividades com bolas e alguns exercícios calistênicos, dificultando o trabalho segundo a descrição do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, na preparação física da juventude masculina para atuar como “defensores da pátria”. Consta também a ausência da segregação espacial e temporal entre gêneros. Estes fatores possivelmente levavam os professores de educação física a improvisar suas aulas.

Entretanto, as vestimentas utilizadas pelos alunos eram condizentes aos estabelecidos no período, demonstrando a preocupação com a higiene, a proteção, a distinção de gêneros e aos preceitos de moralidade requeridos. O uso do uniforme oferecia aos indivíduos a sensação de pertencimento a um coletivo, e de representatividade de uma elite cultural.

Há indícios de que houve uma intencionalidade sobre as fotografias presentes nos arquivos escolares, ou seja, elas não correspondem,



necessariamente, á verdade histórica, mas sim ao seu registro expresso, revelam dados concretos, permitindo várias leituras e interpretações. Nesse sentido, foi de extrema relevância realizar uma análise utilizando as fontes iconográficas, os fragmentos de relatórios e o estudo do contexto histórico nacional das aulas de educação física, ajudando a desvendar alguns dos segredos implícitos na escola do Ginásio, rever um pouco de sua história, apontar a educação no interior de uma cidade brasileira no estado de Minas Gerais e a realidade mesma do interior da escola.

Referências

BRASIL. (1942). **Decreto-Lei No 4.244, de 9 de abril de 1942**. Consigna, em seu artigo 19, a Educação Física como prática educativa obrigatória em todos os estabelecimentos do ensino secundário, até a idade de 21 anos. No artigo 43 regula a assistência médica, e no artigo 50 estabelece a frequência mínima para fins de prestação de exames finais.

BRASIL. (1943). **Decreto-Lei Nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943**. Estabelece, pelo seu artigo 13, a obrigatoriedade da Educação Física para os alunos dos cursos comerciais, até a idade de 21 anos Itabirito (2013), Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minas_gerais_/itabirito.pdf>. Acesso em: 30 fev. 2015.

BRASIL. (1943). **Portaria Ministerial Nº 167, de 8 de março de 1943**. Reduz o número de sessões de exercícios físicos de diárias, para três e duas por semana, respectivamente, para o sexo masculino e feminino.

BRASIL. (1941). **Portaria Nº 156, de 10 de março, do Departamento Nacional de Educação**. Estabelece as condições mínimas referentes à Educação Física a que devem atender os estabelecimentos de ensino secundário, por ocasião do pedido de verificação prévia para fins de autorização de funcionamento Criação do primeiro Regimento Interno da ENEFD, 1941.

CASTELLANI FILHO, L. (1983) A (des)caracterização profissional filosófica da educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, 4(3), 95-101. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/revista-brasileira-ciencias-esporte-1983-n3-v4/>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

CORRÊA, D. A. (2006). Ensinar e aprender educação física na “Era Vargas”: lembranças de velhos professores. In: VI EDUCERE – Congresso Nacional de Educação – PUCPR, **Anais...** Curitiba: PUCPR. v. 1.

_____. (2009). A Educação Física na política educacional dos governos de Getúlio Vargas. **Efdeportes.com Revista Digital**. Buenos Aires, (138). Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd138/a-educacao-fisica-escolar-de-getulio-vargas.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

ITABIRITO (MG). (1945). **Arquivo Geral do Ginásio Monsenhor Messias (1945)**. Relatório apresentado ao Ministério da Educação e Saúde pela Inspeção Federal.

Coleção Digital de Itabirito. (2014) Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/nehcit/itabirito/index.php#>>. Acesso em: 03 jun. de 2014.

OLIVEIRA, M. A. T.; Chaves Júnior, S. R. (2009). Os espaços para a educação física no ensino secundário paranaense: um estudo comparativo entre os anos finais da



Unahce
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação



ditadura varguista e os anos da ditadura militar brasileira após 1964. **Educar**, Curitiba: UFPR (33), 39-56. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602009000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 mar. 2015.

SALVETTI, X. M. (2014). As roupas nas práticas corporais e esportivas: A educação do corpo entre o conforto, a elegância e a eficiência (1920-1940). **Projeto História**, São Paulo, (49), 435-444, Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/21345/15636>.

SCHWARTZMAN, S.; BONEMY, H.M.B.; COSTA, V.M.R. (2000). **Tempos de Capanema**. São Paulo, SP: Paz e Terra.

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência**: formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: MCT/CNPq/CEE, 2001. p. 2-27. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/pdf/capit9.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

SOUZA, R. F. (2001). Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. Curitiba: **Educar**, (18), 78-101, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a07.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

Recebido em maio 2017

Aprovado em julho 2018